

Chamada de Propostas para o VIII Fórum da Internet no Brasil

Título do workshop

Proteção de dados pessoais no Brasil: desafios do projeto de lei e o papel dos diferentes setores na implementação do novo marco normativo

Formato do workshop

debate

Outro

Este workshop é proposto pela entidade a qual faço parte?

sim

Estado do/a proponente

distrito_federal

Estado do/a co-proponente

distrito_federal

Setor do/a co-proponente

comunidade_cientifica

Descreva abaixo os objetivos do workshop e os conteúdos que serão discutidos

O workshop pretende debater com os/as participantes do FIB os diferentes aspectos da lei geral de proteção de dados pessoais do Brasil, que poderá já estar aprovada e sancionada no momento de realização do Fórum, e os desafios para sua implementação. Num primeiro momento, o objetivo é apresentar as questões centrais que dominaram a disputa no Parlamento (Câmara e Senado) e os diferentes interesses que influenciaram na versão final do texto, assim como suas consequências em termos da efetividade dos direitos dos titulares dos dados e do incentivo à inovação tecnológica. Entre os temas a serem debatidos estão as exceções à aplicabilidade da lei, legítimo interesse, definição e tratamento de dados sensíveis e de crianças e adolescentes e transferência internacional de dados. Em seguida, o workshop pretende ouvir todos os setores acerca dos passos necessários para a entrada em vigor da lei: que alterações em termos de tratamento serão necessárias de serem feitas no âmbito do poder público e do setor empresarial; qual o papel da academia e do terceiro setor neste processo; a importância da criação de uma Autoridade Nacional de Proteção de Dados, suas prerrogativas e mecanismos de sanção, e atuação alinhada com as práticas internacionais sobre o tema; vacatio legis e que mudanças culturais devem ocorrer no país para que a lei se efetive, convidando os participantes do Fórum a se somarem neste desafio. Por fim, caso o projeto de lei ainda não esteja aprovado e a lei, sancionada, o workshop pretende engajar a comunidade multissetorial da Internet no país em seu processo de votação.

Forneça uma justificativa sobre a relevância do tema para a Governança da Internet

Hoje, o mundo todo repensa a relação entre inovações tecnológicas e riscos coletivos gigantescos. E o Brasil pode dar um passo certo (importante) na direção de mais segurança jurídica e de uma economia de dados centrada no respeito a direitos. Uma importante vitória para o país foi alcançada no final de maio, quando a Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, um projeto de lei sobre proteção de dados pessoais. Desde então, o texto aguarda ser apreciado no Senado Federal. A proposta é o resultado possível e maduro de diálogo e negociação intensa entre diversos interessados na consolidação de uma moderna lei geral, adequada ao atual contexto tecnológico, compatível com futuros avanços e compromissada com direitos fundamentais. Desde 2010, foram duas consultas públicas realizadas pelo Ministério da Justiça, gerando um anteprojeto de lei. Enviado ao Congresso, foram realizadas onze audiências públicas e dois seminários de grande porte. Houve ainda debates em outros fóruns, como no último Fórum da Internet no Brasil, no Rio de Janeiro, e em eventos organizados por empresas, acadêmicos e pelo terceiro setor. Na reta final de tramitação na Câmara dos Deputados, o texto do projeto de lei foi discutido em reuniões multissetoriais de escuta e negociação, com vários segmentos sociais interessados, até a elaboração de consensos. Assim, a proposta reflete a posição mediada entre todos os setores envolvidos, numa efetiva demonstração de que processos participativos e democráticos produzem legislações equilibradas. Considerando que a privacidade do indivíduo, a inovação e um ambiente legal e regulatório que preserve a dinâmica da Internet como espaço de colaboração são princípios para a governança da Internet, a Coalizão Direitos na Rede, articulação integrada por mais de 30 organizações da sociedade civil, além de diversos setores do mercado e do poder público e do próprio CGI.br, divulgaram declarações apoiando a adoção de uma lei de proteção de dados pessoais no país.

Descreva como você pretende estruturar a participação das/os palestrantes no workshop

O workshop será desenvolvido em dois momentos centrais. No primeiro, cada um dos palestrantes terá 5 minutos para apresentar sua visão sobre o texto do projeto (ou da lei) aprovado, com destaque para as disputas verificadas no processo e que levaram à atual redação da lei. Total: 25 minutos. Na segunda rodada, os participantes terão 8 minutos para debater os desafios da implementação da legislação, incluindo as perspectivas de funcionamento da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e como seu respectivo setor se

adaptará para cumprir a nova legislação ou, no caso da academia e do terceiro setor, também para fiscalizar o cumprimento da lei. Total: 40 minutos. Cinco minutos ao todo serão usados pela moderação para a condução dos trabalhos. E os 20 minutos finais para a interação com os participantes presenciais e remotos.

Descreva de que forma você espera envolver a audiência presencial e remota

A moderação do painel será responsável por selecionar as perguntas recebidas remotamente, por meio das redes sociais da Coalizão Direitos na Rede, e alterná-las com as perguntas feitas pela audiência presencial no evento. Será dada prioridade ao equilíbrio de gênero e setorial na proposição de perguntas aos debatedores. Ao todo, serão feitas 8 perguntas de no máximo 2 minutos. Nos minutos restantes os debatedores responderão às questões colocadas e farão suas considerações finais. Ao longo do painel, um integrante da Coalizão publicará nas redes da articulação as principais posições dos/as convidados/as, de modo a incentivar a participação remota na atividade. A hashtag #ProteçãodeDadosFIB2018 será utilizada na divulgação do workshop. Ao todo, serão reservados 20 minutos para esta interação com os participantes.

Descreva os resultados pretendidos com a realização deste workshop

São dois os principais resultados pretendidos com o workshop. O primeiro é garantir uma maior apropriação da comunidade interessada na governança da Internet sobre o processo de elaboração e votação da lei de dados pessoais no Brasil, de modo a permitir uma maior compreensão sobre os diferentes interesses considerados no processo e como eles influenciaram na versão final da lei. O segundo é, a partir dessa apropriação, garantir o diálogo e um maior envolvimento dos diferentes setores na implementação da lei. Acreditamos - a partir de exemplos históricos sobre leis aprovadas no Brasil - que o engajamento da sociedade civil e de um acompanhamento e fiscalização de novos marcos normativos são fundamentais para a efetividade das normas em vigor no país. Neste sentido, manter a academia, o poder público, o terceiro setor e o setor empresarial em diálogo permanente até a entrada de vigor da lei de proteção de dados, incluindo a relação multissetorial na regulamentação da lei e na criação da

Relação com os Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil

Liberdade Privacidade e Direitos Humanos

Relação com os outros temas

Privacidade e Proteção de dados

Relação com os outros temas

Questões legais e regulatórias

Relação com os outros temas

Internet das coisas

Outro

Estado do/a palestrante do setor governamental

sp

Estado do/a palestrante do setor empresarial

sp

Estado do/a palestrante do terceiro setor

distrito_federal

Estado do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

distrito_federal

Estado do/a moderador

sp

Estado do/a relator/a

sp
